



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## A PROSTITUIÇÃO PARA ALÉM DO TROTTOIR NO ZERO KM EM VÁRZEA GRANDE-MT

### PROSTITUTION BEYOND TROTTOIR IN THE LOCALITY CALLED ZERO KM IN VÁRZEA GRANDE-MT

(Recebido em 07-08-2019; Aceito em 07-07-2020)

**Sônia Regina Romancini**

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista  
Professora da Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, Brasil  
romancini.ufmt@gmail.com

**Radamés de Quadros Araújo**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, Brasil  
radames.araujo@hotmail.com

#### Resumo

Este artigo apresenta resultados da pesquisa desenvolvida como dissertação de mestrado na cidade de Várzea Grande/MT, na localidade denominada Zero Km, conhecida por constituir uma área permanente de prostituição, com atividades desenvolvidas 24 horas por dia. Analisamos como se desenvolve a prostituição para além da prática efetiva do *trottoir* das agentes pesquisadas, refletindo sobre questões como o fenômeno social da Revolução Sexual ocorrida no século XX e as suas reverberações para as mulheres, especialmente, as agentes pesquisadas. Outra importante problemática discutida neste artigo diz respeito à compreensão que as entrevistadas têm a respeito da prostituição em suas vidas, refletindo sobre os papéis relevantes da autoafirmação e da autorreflexão. No decorrer do texto evidenciamos a importância do poder à presente discussão, sendo abordado em relação às territorialidades das prostitutas no cotidiano de trabalho e da formação do território do Zero e em relação ao empoderamento, entendido como a capacidade de compreender a prostituição para além de seus estigmas morais e como um instrumento útil à ascensão econômica/social. As territorialidades que desenvolvem no Zero estão intrínsecas às espacialidades de suas vidas cotidianas; a complementaridade de suas territorialidades e espacialidades ocorre por meio da inter-relação das escalas geográficas global e local, fenômeno que se concretiza ora explícita, ora implicitamente nas práticas espaciais que efetivam. Para além do *trottoir* no Zero, existem mulheres com uma identidade própria, com trajetórias distintas, com diferentes utilizações e considerações acerca da prostituição. Para a realização da pesquisa, utilizamos os resultados obtidos em algumas questões específicas do roteiro de entrevistas, assim como revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Prostituição; Territorialidade; Várzea Grande-MT.

### **Abstract**

*This article presents results of a research developed as a master's dissertation in the city of Várzea Grande/MT, in a locality called Zero Km, known as a permanent prostitution area, where activities are performed 24 hours a day. We analyze how prostitution unfolds beyond the effective practice of the researched agent trottoir, reflecting on issues such as the Sexual Revolution social phenomenon, occurred in the twentieth century and its reverberations for women, particularly the researched agents. Another important issue discussed in this article concerns the interviewees' understanding of prostitution in their lives, reflecting on the relevant roles of self-affirmation and self-reflection. Throughout the text we highlight the importance of power to the present discussion. We approach it in relation to the prostitutes' territorialities in their daily work and development of the Zero territory. In addition, we discuss empowerment, understood as a capacity to perceive prostitution beyond its moral stigma and as a useful tool for economic/social ascent. The territorialities which develop in the Zero are intrinsic to spatialities of their daily lives. The complementarity of their territorialities and spatialities occurs through the inter-relationship between the global and local geographic scales, a phenomenon which sometimes is realized explicitly and sometimes implicitly in the spatial practices that they perform. Beyond the trottoir in the Zero, there are women with their own identity, with distinct trajectories, different uses and considerations about prostitution. To conduct the research, we used the results obtained from some specific questions of the interview script, as well as bibliographic review.*

**Keywords:** Prostitution; Territoriality; Várzea Grande-MT.

### **Introdução**

Para o desenvolvimento do presente estudo consideramos que para compreender os desdobramentos consequentes da prática da prostituição às agentes pesquisadas, é necessário inter-relacionar as escalas geográficas local e global. Por isso, optamos por investigar a influência de processos complexos (como as mudanças ocorridas ao longo do século XX à concepção moral no mundo ocidental), tanto à atividade da prostituição enquanto tal, quanto às agentes pesquisadas nos âmbitos privado e público de suas existências.

Tecemos uma discussão acerca dos problemas de ordem socioeconômica enfrentados pelas agentes pesquisadas com o intuito de analisarmos os desdobramentos da atividade ao cotidiano das agentes. Além disso, analisamos diferentes modos de uso da prostituição como possibilidade socioeconômica, isto é, como as agentes da pesquisa se utilizam da referida atividade na busca ou não de uma emancipação socioeconômica para além da atividade em si.

Caracterizamos as territorialidades desenvolvidas pelas agentes da prostituição e, por conseguinte, o desenvolvimento do próprio "território do Zero". Logo após, discorremos sobre como vivem as agentes pesquisadas ante às transformações sociais ocorridas no mundo ocidental no decorrer do século XX, com ênfase ao processo de emancipação econômica e sexual das mulheres.

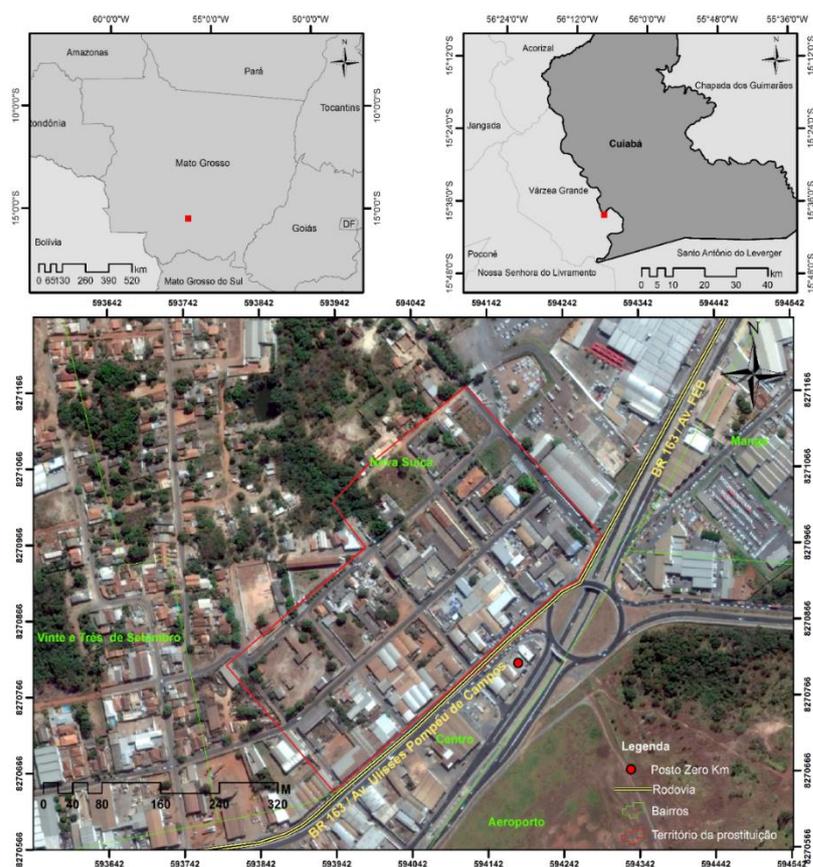
Em seguida, destacamos de que forma as entrevistadas se inserem no contexto socioeconômico contemporâneo analisando, especialmente, os novos arranjos familiares, nos quais as mulheres têm conquistado a liderança econômica nos lares. Por último, a partir de relatos de nossas entrevistadas sobre si mesmas e sobre terceiras, abordamos como a prostituição, compreendida como uma atividade econômica, pode servir ou não de suporte às ascensões econômica e social.

As informações de que trata o presente trabalho foram obtidas por meio de observações empíricas e de entrevistas feitas a cinco agentes da pesquisa, ao longo do primeiro semestre de 2016. Para tanto, elaboramos um roteiro de entrevistas semiestruturado e, no que concerne ao contato com as agentes, contamos com a intermediação da enfermeira Gislane, que realiza um trabalho voluntário de assistência às prostitutas no local. Para preservar as suas identidades, as agentes serão referidas pelo nome de diferentes espécies de flores. Outras informações, de ordem teórica, vieram por meio de pesquisa bibliográfica sobre o tema prostituição e outras questões sociais direta e indiretamente relacionadas à temática central desta pesquisa.

### **Caracterizando territorialidades e o “Território do Zero”**

Ao longo de sessenta anos, práticas espaciais relacionadas à prostituição fizeram surgir na cidade de Várzea Grande-MT, numa área hoje pericentral, conhecida popularmente como “Zero Km”, o que denominamos, neste trabalho, como “Território da prostituição do Zero” ou simplesmente Zero. Nessa localidade, as práticas do *trottoir* começaram por volta da década de 1960, quando iniciou a construção da rodovia BR 364 no perímetro urbano de Várzea Grande – por isso, a expressão Zero Km, pois foi ali que principiou a construção da referida rodovia na cidade, conforme pode ser observado na sequência (Figura 1). Nesse local, foi implantado um posto de combustível denominado de Zero KM, para atender principalmente ao grande fluxo de caminhoneiros que se constituiu a partir de então.

Figura 01: Localização do território da prostituição do Zero



Fonte: SEPLAN (2007); imagem: Google Earth (sensor spot, 29/08/2016).  
Elaboração: Sales, J. C. (2016).

Por meio de entrevistas às agentes da prática da prostituição no local, foi possível constatar que o atual perímetro do território da prostituição formou-se mais recentemente. Com o passar dos anos, a área em que se desenvolviam as práticas relacionadas à prostituição, foi sofrendo alterações ligadas ao crescimento da cidade. Aquela rodovia que outrora contava com intenso fluxo de veículos de carga, aos poucos foi se transformando na atual avenida Ulisses Pompeu de Campos, uma via movimentada que interliga o centro da cidade a áreas mais distantes que se conformaram com a expansão do perímetro urbano de Várzea Grande. Desse modo, sem o promissor mercado consumidor de caminhoneiros e viajantes e coagidas pela conseqüente “higienização moral” advinda de parte da população e do poder público, haja vista a consolidação do aeroporto Marechal Rondon e a construção de estabelecimentos comerciais como restaurantes e hotéis, as agentes da prostituição foram pouco a pouco se apropriando do perímetro onde atualmente configura-se o Zero.

Quem circula pelo perímetro do Zero pode, com facilidade, constatar que se trata de uma área apropriada por agentes da prostituição, não apenas pela presença de mulheres e travestis que circulam pelas ruas e calçadas no exercício do *trottoir*, mas também pela concentração de motéis e bares e pela

presença de casas noturnas relacionadas à atividade em questão. A antiga clientela de caminhoneiros e viajantes deu lugar a um novo perfil de clientes, majoritariamente homens, casados e com idade acima dos 30 anos.

O modo como a prostituição de rua exercida no local assimilou as mudanças socioespaciais da cidade, transformando-se para não desaparecer, evidenciam a teoria de Lefebvre concernente ao fenômeno urbano como resultado e síntese das práticas sociais, como sintetiza Araújo (2012). Desse modo, num movimento dialético, motéis, bares e casas noturnas que surgiram a partir da prostituição de rua, hoje dão suporte à atividade, são como as “formas” de um território cuja “estrutura” baseia-se na “função” do meretrício, produzindo um espaço cerceado pelas territorialidades características da prostituição, cujas relações de poder constituem-se espacialmente a partir da configuração de diferentes áreas de atuação. É o que pode ser observado no mapa a seguir (Figura 2), que representa três distintos perímetros de utilização do território à prática do *trottoir*.

Figura 02: Áreas de influência do *trottoir* no Zero



Fonte: SEPLAN (2007); imagem: Google Earth (sensor spot, 29/08/2016).  
Elaboração: Sales, J. C. (2016).

O Zero constitui-se num território com características peculiares à atividade que ali se desenvolveu ao longo de vários anos. Não apenas pela *forma* (bares, casas noturnas, motéis), *função* (a atividade da prostituição) e *estrutura* (as territorialidades que o caracterizam) que o fundamentam, mas, sobretudo, por ter se configurado como um local cujas relações socioespaciais que ditam sua existência, são relações de poder. De tal modo que, a configuração espacial observada na figura 2, testemunha as territorialidades ali vividas. Como afirma Raffestin (1993, p. 161-162):

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder.

Desse modo, o que entendemos por territorialidade está em consonância com a caracterização dada por Sack (2011, p. 73), quando afirma que, “em termos geográficos, territorialidade é como uma forma de interação espacial que influencia outras interações espaciais e requer ações não territoriais para ajudar”. Logo, no que se refere às territorialidades exercidas pelas prostitutas do Zero, torna-se necessário seguir as “normas de conduta” que foram surgindo pela vivência na/da prostituição e se estabeleceram como regras socioespaciais no local. A tal respeito, observamos o exemplo das *noiadas*,<sup>1</sup> que por apresentarem um comportamento desviante, acabam por ocupar os perímetros periféricos do território do Zero. Assim, a territorialidade e todo o conjunto de práticas socioespaciais intrínseco a ela, acabam por produzir territórios. Dessa inter-relação, inferimos que a territorialidade é “definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área será chamada de território” (SACK, 2011, p. 76).

As territorialidades exercidas pelas agentes da pesquisa também são práticas socioespaciais e podem ser compreendidas, numa perspectiva lefebvrea, como fenômenos urbanos. Isto porque, vistas a partir desta perspectiva, se constituem no escopo do “urbano” em que pese a caracterização dada pelo autor ao referido fenômeno/conceito, de modo que, para este, o urbano é “uma abstração, mas, ao contrário de uma entidade metafísica, trata-se de uma abstração concreta, vinculada à prática” (LEFEBVRE, 1999, p. 112).

Outras duas características corroboram a conceituação dessas territorialidades como um fenômeno urbano do tipo lefebvrea: a *informalidade* no que tange à apropriação espacial exercida pelas prostitutas do “Zero”; e o *tipo de domínio espacial* promovido pelas agentes, isto é, a constituição de cada “ponto” de prostituição mediante às regras ali estabelecidas. Isso porque, para o autor “o uso, no urbano, compreende costumes e confere ao costume a precedência em relação ao contrato. O emprego dos objetos urbanos (essa calçada, essa rua, esse atalho, essa iluminação etc.) é costumeiro, não contratual” (LEFEBVRE, 1999, p. 163).

No Zero, outras espacialidades são vividas juntamente com as territorialidades da prostituição, ali se evidencia o que é próprio do espaço geográfico, isto é, a coexistência de várias dimensões de

---

<sup>1</sup> O termo diz respeito a usuárias de droga que normalmente fazem uso da prostituição para manter o vício, às mesmas também são atribuídos furtos e outros delitos quase sempre praticados no tocante ao uso de entorpecentes.

uma mesma sociedade: o costumeiro e o contratual, o informal e o formal, o velho e o novo, o vivido, o percebido e o concebido. Enfim, as múltiplas facetas pelas quais o espaço, enquanto objeto de estudo da Geografia, pode ser analisado, ainda que nunca (como exortaria Lefebvre) em sua plenitude.

### Contextualizando as agentes pesquisadas

Apesar da advertência dada por Massey (2015) acerca das peculiaridades de cada localidade, é possível inferir que as intensas transformações de ordem socioeconômica ocorridas ao longo do século XX no mundo ocidental, tenham considerável influência nos costumes e modos de vida da sociedade brasileira. De acordo com Muraro (1975), há uma diferença fundamental entre a “moral tradicional”, mais austera nos costumes e mais específica de cada lugar, e a “moral tecnológica”, mais flexível em relação aos costumes e incomparavelmente disseminada em relação à primeira, graças, sobretudo, à evolução dos meios de comunicação. No que tange à prostituição, por exemplo, isso repercute no fato das prostitutas sentirem-se livres e aptas à construção de um projeto pessoal de vida que lhes possibilita, por exemplo, constituírem uma família tal qual a mais tradicional das famílias brasileiras. Rosa<sup>2</sup> (2016) relatou ser casada e morar com o marido (policia militar desempregado) e um filho. Contou, inclusive, que o marido é ciente de sua atividade profissional, embora prefiram não revelar tal fato ao filho. Outra agente de nossa pesquisa, Bromélia (2016),<sup>3</sup> é divorciada, mas mora com um parceiro. Afirma tê-lo conhecido no exercício da prostituição. De acordo com seu depoimento:

De cinco anos para cá eu tive uma pessoa, que hoje é a pessoa que convive comigo. Na verdade, ele esteve aqui umas duas vezes, saiu comigo e nós passamos a se encontrar fora daqui e hoje ele convive comigo. Ele não briga comigo por causa disso, mas de vez em quando ele pede que eu saia, que eu me conforme com o que ele pode me dar, que ele não pode me dar o luxo, mas não vai deixar passar necessidade. É uma questão minha mesmo que eu ainda não saí, por ele eu já teria saído há muito tempo, mas ele me trata muito bem.

Na citação precedente, é evidente que, apesar da aceitação por parte do parceiro, existe um certo descontentamento dele, pois sugere que a entrevistada se satisfaça com o padrão de vida/consumo que a sua renda é capaz de proporcionar. É uma situação distinta daquela vivida por Rosa (2016), tendo em vista que se conheceram no contexto da prostituição. Evidentemente que seria preciso maiores apreciações para termos uma melhor consideração da vida conjugal de ambas. Seriam necessárias entrevistas aos parceiros afetivos das respectivas agentes, pois a opinião que temos deles

<sup>2</sup> Foi a primeira entrevistada, tem 45 anos de idade, é casada e reside no Bairro Cristo Rei em Várzea Grande, com o esposo e um filho. Seu ponto está localizado em perímetro pericentral em relação ao território do Zero.

<sup>3</sup> Tem 45 anos de idade, é divorciada e reside no bairro Asa Bela em Várzea Grande, com parceiro. Tem pelo menos um filho, mas esse não reside com ela. Territorializa área pericentral.

é uma interpretação daquelas. Não obstante, o simples fato de morarem com parceiros implica que haja uma aceitação genérica da situação, do contrário, tal feito seria impossível.

A liberalização dos costumes é um fenômeno muito amplo e complexo, cuja origem é incerta. No entanto, sabemos, a partir de indícios empíricos e da análise de inúmeros estudiosos, que o século XX e, sobretudo, o Pós-Guerra foram períodos de concentração de movimentos sociais de toda sorte, muitos encabeçados por mulheres, como os movimentos feministas e de emancipação feminina (GIDDENS, 1993; MURARO, 1975). Os teóricos Giddens (1991, 1993) e Muraro (1975) creditam às novas técnicas dos meios de comunicação papel importante à disseminação dos novos ideais que ganharam força nos movimentos sociais do Pós-guerra. Muraro, inclusive, cunha a expressão “sociedade tecnológica” para contrapor a moral desta à antiga moral da sociedade tradicional.

Análises sociológicas mais amplas são basilares a uma discussão mais específica da qual tratamos aqui. Decerto que situações como as apresentadas por Rosa e por Bromélia, as quais detêm liberdade existencial para viver de acordo com os “próprios” preceitos morais, são apenas possíveis em uma sociedade cujas regras comportamentais não se encontram no escopo de uma instituição religiosa. Por mais que a Igreja ainda possa influenciar enormemente a maneira de agir e de pensar dos cidadãos brasileiros, os seus preceitos encontram-se fluidos, dispersos em uma sociedade de valores líquidos, como afirmaria Bauman (2001).

Então, encontramos uma distinção fundamental entre as duas morais (tradicional e tecnológica) ao que pese a prostituição. No Estado cristão, em determinados momentos, longe de ser proibida, a prostituição ganhou *status* institucionais, haja vista a sua importância à manutenção da ordem social da época (DEL PRIORE, 1994; ROSSIAUD, 1991). Contudo, ao que parece, a prostituição era tida como uma função social maculada pela imoralidade, enquanto, atualmente, a disseminação de novas concepções possibilitou considerações distintas das primeiras. Desse modo, a prostituição não imputaria a quem a pratica valores antiéticos. Assim sendo, muitas prostitutas consideram-se existencialmente aptas a constituírem família, seguirem preceitos religiosos, enfim, a partilharem, embora com certas adaptações, de uma mesma moral: cristã, religiosa, entre outras.

No que concerne à nova moral tecnológica enunciada por Muraro (1975), a autora traz uma hipótese calcada na evolução das técnicas e da ciência como a base principal para todas as outras revoluções, entre elas, a emancipação feminina. Para ela, o exponencial acesso à informação, consequência de tal evolução, possibilita as transformações sociais que ocorrem amiúde, em curto prazo e em nível global. Sua análise condiz com aquilo que Giddens (1991) denomina de “desencaixe espaço-temporal”, uma consequência da aliança entre a técnica e a ciência. Sem dúvida, aquelas transformações sociais do Pós-Guerra tiveram um auxílio imprescindível dos novos instrumentos de

comunicação que passaram a existir concomitantemente com aquele turbilhão de inovação no campo das relações sociais.

Contudo, acreditamos que não houve a substituição de uma moral tradicional fechada para uma outra contemporânea insólita. Antes, deu-se uma espécie de afrouxamento dos costumes, naquilo que Giddens (1991, 1993) sugere como sendo uma das características da Modernidade: a sua maleabilidade e, por conseguinte, a capacidade de adaptação de suas principais instituições às transformações nas relações humanas, incluindo a cada vez maior capacidade de “autorreflexão” das pessoas. Dessa forma, a “moral tecnológica” é decorrência de uma “ordem pós-tradicional”, a qual possibilita a coexistência de distintas normas comportamentais seguidas por um mesmo indivíduo. Assim, ao invés de referirmo-nos a um preceito moral dominante, é mais viável tratarmos de distintas morais, disponíveis de acordo com o projeto de vida de cada pessoa.

No âmbito do relacionamento conjugal, por exemplo, no qual algumas prostitutas estão inseridas, o ato sexual em si não configura traição, pois é tido como atividade profissional. O envolvimento afetivo com um cliente, no entanto, é visto como infidelidade. Nesse contexto, alguns códigos de conduta são adotados, por exemplo, a relação sexual com o parceiro sem preservativo é tida como uma forma de conferir maior afetividade à relação amorosa (FONSECA, 1996). Por outro lado, não ter orgasmos ao relacionar-se com clientes diferenciaria positivamente o que seria exclusivamente profissional (PASINI, 2000). São condutas morais, cuja construção é individual, pois não há, ao que se sabe, um código moral da prostituição. Entretanto, é possível inferir que algumas prostitutas venham a desenvolver os seus próprios princípios e valores graças a um trabalho de autoafirmação e autorreflexão, de modo que o sexo enquanto atividade econômica é considerado apenas como uma forma de trabalho, tendo em vista que os seus parceiros afetivos estão cientes da atividade que desenvolvem.

Seja como for, interpretamos que a hipótese tecnológica de Muraro (1975) e as “transformações da intimidade” sugeridas por Giddens (1993) tornam-se evidentes quando observamos os casos das agentes da presente pesquisa. Sugerimos que as lutas pela emancipação feminina têm efeito crucial na situação das prostitutas do Zero, seja pela liberalização da questão sexual, que propicia uma compreensão menos ascética sobre tudo o que diz respeito ao sexo, seja pelo desenvolvimento crescente da autoafirmação e da autorreflexão das pessoas enquanto seres individuais, fenômeno possibilitado pela flexibilidade de algumas instituições modernas e/ou por alterações delas, o que viabiliza outros arranjos existenciais ligados à construção autônoma de um projeto de vida. Mudanças sociais que são impulsionadas ainda pela entrada definitiva das mulheres no mercado de trabalho, o que tem modificado consideravelmente os arranjos familiares.

É dentro desses novos arranjos sociais e individuais nos quais as prostitutas do Zero inserem-se que devemos indagar mais especificamente causas e consequências da atividade em suas vidas. Interrogadas sobre como e por que começaram a prostituir-se, as pesquisadas apontam, como ponto de partida, momentos de extrema necessidade econômica.

Necessidade mesmo, ficamos todos desempregados: eu e o meu esposo. Ele era policial militar, aí não tinha o que fazer... eu morava em Mato Grosso do Sul, vim para cá e foi o que consegui. Já faz cinco anos que estou me prostituindo, para sustentar a família mesmo (ROSA, 2016).

É provável que o momento de iniciação na atividade suscite inúmeros questionamentos morais, no entanto, as necessidades imediatas e a responsabilidade que muitas tendem a assumir como chefes de família – e tudo o que decorre desse fato – apresentam-se como condicionantes de considerável importância à escolha existencial de permanecer na prostituição. Tulipa<sup>4</sup> (2016) relata semelhante conjuntura ao revelar: “eu separei do meu marido, estava com quatro crianças pequenas e não tinha uma maneira de trabalhar, aí sempre chega aquela amiga e te oferece a oportunidade... aí eu vim, experimentei e me adequei à profissão”. Margarida<sup>5</sup> (2016) declara: “quando comecei a trabalhar, pagava aluguel, babá e despesas com criança; o dinheiro que recebia não era suficiente para pagar as despesas. Escutei uma menina falando sobre um anúncio de jornal, comprei a edição e fui até lá”. Margarida, que tem 35 anos, prostitui-se desde os 19 anos de idade, quando teria assumido a responsabilidade de sustentar a si e a seu filho.

### Os “novos” arranjos socioeconômicos e algumas consequências

As transformações sociais e econômicas ocorridas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, repercutiram decisivamente na esfera privada da vida familiar. As conquistas do universo feminino que perpassam variados contextos dos âmbitos privado e público sugerem novos direitos e implicam, por conseguinte, novos deveres. No Brasil, por exemplo, o número de mulheres responsáveis pelos domicílios vem aumentando. Em estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tendo como referencial o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que o número de lares chefiados por mulheres tem aumentado nos últimos anos. Em 1995 o percentual era de 22,9%, passando para 30,5% em 2005 e 40,5% no ano de 2015 (IPEA, 2015). Não

<sup>4</sup> Foi a segunda entrevistada, solteira, tem 32 anos de idade, possui ensino médio completo e reside no bairro Vinte e Três de Setembro em Várzea Grande, com outras seis pessoas. Exerce o *trottoir* em área pericentral. Não obtivemos a informação exata, mas tudo indica que Tulipa tenha, pelo menos, quatro filhos.

<sup>5</sup> A quarta agente da presente pesquisa, solteira, tem 35 anos de idade, é formada em Gastronomia e mora no bairro CPA em Cuiabá, junto a dois filhos: de 15 e 22 anos de idade. Territorializa em perímetro pericentral, em frente a um motel.

obstante, salientamos que a mulher brasileira continua em considerável desvantagem no que tange aos salários. Conforme aponta pesquisa realizada pelo IBGE, em 2003, o rendimento médio das mulheres (1076,04 reais) correspondia a 70,8% em relação ao dos homens (1519,07 reais). Em 2011, correspondia a 72,3%, sendo a média de 1343,81 reais às mulheres e 1857,63 reais aos homens (IBGE, 2012). Conforme pesquisa realizada em 2017, o rendimento médio das mulheres foi de 1743 reais enquanto a renda média dos homens correspondia a 2261 reais, configurando uma discrepância média entre sexo de 77,1% (IBGE, 2018).

O cenário apresentado no parágrafo precedente aponta que, em curto período de tempo, modificações socioeconômicas vêm acontecendo. Certamente, tais transformações são reflexos das lutas travadas pelas mulheres ao longo da história, com maior ênfase a partir do século XX. É necessária certa cautela ao sugerir uma evolução linear em sentido progressista, sendo de nossa compreensão que os embates sociais acontecem no presente e apontar qualquer cenário é desconsiderar os entraves que persistem. Ademais, essa questão contém um amálgama de situações e circunstâncias que a torna demasiadamente complexa, sugerindo, assim, que qualquer prognóstico pode não passar de mero palpite. No tocante à desigualdade de gênero no mercado de trabalho é empiricamente observável que a problemática perpassa a questão cultural, o papel social da mulher que foi historicamente construído, em muitos aspectos, permanece pouco alterado. No caso brasileiro, por exemplo, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos continuam sendo, na maior parte dos casos, “obrigações” das mulheres. Dessa forma, é inegável a vantagem que um homem terá numa eventual disputa no mercado de trabalho.

Assim, é evidente a tendência crescente da emancipação econômica feminina, a clássica divisão familiar do trabalho tem sido desfeita, com maiores transformações em alguns lugares e menores em outros. Os números precedentes, mesmo que de curto prazo, apontam para esse cenário, mas são meros descritivos de situações por demais complexas. Há, pelo menos, duas condicionantes à evolução no número de mulheres responsáveis por domicílios: uma ligada ao rompimento com o parceiro e a outra, mais recente, relacionada aos novos arranjos familiares. Ambas são consequentes das transformações sociais, econômicas e sexuais. Contudo, apesar da aparente rapidez que tais mudanças vêm ocorrendo, há, nesse fenômeno, um contexto histórico e espacial intrínseco à própria constituição da Modernidade.

As relações econômicas trazidas pelo capitalismo interferem diretamente nesses arranjos familiares, pois “o domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho” (GIDDENS, 1993, p. 53). Tal procedimento, aliado a um crescente cuidado com a

educação das crianças (também como preparação de uma força de trabalho), teria aberto um campo de possibilidades às mulheres ocidentais, às quais, em períodos anteriores, nem mesmo na esfera privada, admitia-se qualquer liderança. Não obstante,

[...] um casamento eficaz, ainda que não particularmente compensador, podia ser sustentado por uma divisão de trabalho entre os sexos, com o marido dominando o trabalho remunerado e a mulher, o trabalho doméstico. Podemos ver neste aspecto como o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era importante como um símbolo da mulher 'respeitável'. (GIDDENS, 1993, p. 58).

A reestruturação familiar causada pela inserção do capitalismo como modo de produção e da indústria como modo de desenvolvimento trouxeram desdobramentos em alguns aspectos do relacionamento entre homem e mulher. De início, a divisão sexual do trabalho repercutiu no estabelecimento da mulher como responsável pela organização do lar e do homem como mantenedor. Mas, como sabemos, a unanimidade desse arranjo não foi eterna e, aos poucos, as mulheres conquistaram o seu lugar no mercado de trabalho – mesmo que tal lugar tivesse e ainda tenha de ser revisto.

Observando o desenvolvimento da almejada sociedade funcionalista, desde que os homens não mais detiveram o verdadeiro poder na intimidade do lar ocidental, algo de “transgressor” acontecia nesse âmbito. Sugerimos, apoiados por Giddens (1991, 1993), que as instituições da Modernidade, até certo ponto flexíveis, teriam dado vazão aos “desencaixes” no espaço-tempo e possibilitado nichos cada vez maiores de “reflexividade” e “autoafirmação” ligados à sexualidade, intimidade, amor e relacionamento. Esses temas, como afirma o autor, dominados e compreendidos com maior propriedade pelas mulheres, dessa mesma divisão de trabalho se estabelecera a fraqueza masculina a tal respeito, consequência de suas tarefas cotidianas.

O casamento, na era Moderna, foi influenciado pelo que Giddens (1993) denomina de “amor romântico”. Ao que se sabe, muito embora o casamento moderno e o “amor romântico” tenham sido utilizados como instrumento social da divisão sexual do trabalho e da submissão feminina, em sua essência, o “amor romântico” trouxe algo de subversivo, mesmo alguns elementos do “*amour passion*” (amor apaixonado) que se refere à atração sexual propriamente dita, a paixão. De fato, ele surgiu como uma urgência à realização pessoal, a busca pela pessoa amada, um projeto de vida a dois com vistas a um futuro no qual o casal pudesse alcançar a plenitude em um contexto familiar. Temos, então, elementos da paixão, do romantismo e da ética cristã (GIDDENS, 1993). Desse modo, podemos dizer que, no escopo do “amor romântico”, encontram-se ideais conservadores e subversivos e o grau de influência deles varia de acordo com o contexto socioespacial e também em razão da concepção de cada pessoa.

Alguns autores têm feito críticas à propensão em identificar a mulher com o espaço (estático) e o homem como história (movimento) (GIDDENS, 1993; MASSEY, 2015). Essa ideia vincula-se à compreensão de espaço sem temporalidade, o que faria sentido tendo em vista que, na clássica divisão sexual do trabalho, às mulheres era destinada a esfera privada do lar, enquanto aos homens, pelo contrário, destinava-se a vida pública. Tal apreensão é demasiado estruturalista e, acima de tudo, espacialmente distorcida, apesar de que a divisão sexual do trabalho limitava o poder feminino, ela encobre possíveis atos subversivos no âmbito familiar.

Seria no mínimo inconsequente imaginar que as mulheres ficariam inertes em seus lares e suas vidas enquanto o tempo passava sem perceber a sua presença e influência, exceto pela manutenção da família, atributo indispensável à ação masculina, que, assim, estaria livre para mudar os rumos da história. Talvez tenha passado despercebido, como enfatiza Massey (2015), que o espaço contém tempo e, a cada vez que os homens voltavam de sua jornada de trabalho e da empolgante empreitada de mudar a história, os seus lares já não eram os mesmos.

A influência dos ideais românticos que se legitimaram concomitantemente à Modernidade é incontestável. Grandes transformações na esfera das relações humanas só foram possíveis pelas exigências de uma vida plena. Os românticos introduziram na sociedade europeia, a partir do século XVIII, ideais de uma vida amorosa satisfatória, da busca pela felicidade por meio dessa via. Apesar de aparentemente ingênuo, esse fenômeno traz em seu bojo certo grau de inquietação e questionamento à realidade. Um de seus resultados é o fato de que a plenitude, outrora designada a uma existência espiritual de acordo com os preceitos cristãos, fosse exigida também em vida (GIDDENS, 1993).

A busca por felicidade – o que quer que isso signifique – é um ideal da sociedade contemporânea. Atualmente, a partir dos meios de comunicação e informação, as pessoas, de um modo geral, são conclamadas a serem felizes. Ironicamente, isso pode significar alcançar um padrão de consumo que possibilite a obtenção de toda sorte de produtos propalados pela publicidade como sinônimo de “vida boa” (BAUMAN, 2001; BAUMAN; MAY, 2010). Mas, certamente, não se resume a isso. Em um movimento dialético, percebemos que esse fenômeno de exigência à felicidade não deve ser entendido como algo programado, estabelecido, mesmo porque trata-se de um conceito subjetivo. Assim, cabe a cada um a sua própria definição e isso traz consequências diversas e inimagináveis que se manifestam publicamente, mas cuja resolução deve ser individual.

Ao que parece, o ideário desse fenômeno moderno aproxima-se à ideia de consumo e este, por sua vez, depende de um ciclo interminável de repetição, ou seja, a lógica consumista está vinculada não apenas à ideia de necessidade, mas também à finitude (BAUMAN; MAY, 2010). Não sabemos até que ponto a busca pela felicidade vincula-se à lógica consumista; o fato é que comportam

um mesmo padrão social. A “sexualidade plástica”, por exemplo, de acordo com Giddens (1993), é um fenômeno consequente das reivindicações por libertação sexual e ele é, sem dúvida, um ganho inestimável no campo das relações humanas, mas comporta nuances de uma típica relação mercadológica.

Cabe, portanto, analisar o outro lado do fenômeno em discussão. Bauman (2001) tece uma interessante crítica às análises realizadas por Giddens (1993) no tocante às transformações sociais da intimidade, alertando para as inevitáveis consequências dos “relacionamentos plásticos”, cujos vínculos afetivos são facilmente desfeitos. Essa “plasticidade”, e a consequente falta de laços mais duradouros nos vínculos afetivos, somada às ainda desiguais relações socioeconômicas entre homens e mulheres podem ter, de fato, consequências negativas às mulheres, que, geralmente, tendem a arcar com a maior parte do ônus quando acontece o fim de um relacionamento, sobretudo, quando gerado filhos.

Nesse viés, mesmo evitando cair na armadilha retórica da vitimização às prostitutas do Zero, o que significaria ignorar os enfrentamentos psicológicos e sociais decorrentes da atividade que exercem, devemos apontar algumas situações nas quais se encontram as agentes da presente pesquisa, que, embora não desqualifiquem as discussões de Giddens no que concerne à “sexualidade plástica” e certa emancipação sexual feminina, não deixam de legitimar o contraponto assinalado por Bauman. Assim posto, a preocupação com os filhos, por exemplo, mostra-se um dos principais motivos à permanência de nossas entrevistadas na prática do *trottoir*, sendo que duas encontravam-se casadas e prostituíam-se para contribuir à manutenção familiar; enquanto três delas situavam-se como mães solteiras, estando Tulipa (2016), conforme mencionado anteriormente, separada e com quatro filhos.

Sob esse prisma, as mulheres entrevistadas estão em consonância com a interseccionalidade entre maternidade/maternagem e prostituição feminina, conforme estudos realizados por Przybysz e Silva (2017), na cidade de Ponta Grossa, no qual as autoras ressaltam a atuação das mulheres na criação de estratégias espaciais para desenvolver a prostituição e prover suas vidas como mães.

Confirmando o cenário tratado, temos o esclarecimento de Bromélia acerca de sua iniciação na atividade de prostituição: “estava passando necessidades, morava com parceiro e o filho, não quis pedir ajuda à família”. O fato de não procurar ajuda aos familiares demonstra a busca por independência econômica e, neste caso, a prostituição é tida como um possível caminho a tal pretensão. Essa hipótese é reforçada pelo fato de Bromélia, por exemplo, não se contentar com o padrão de consumo/vida proporcionado por seu parceiro afetivo. Outro ponto diz respeito a seu relacionamento com a família. Quando questionada se sabiam e como reagiam os familiares em relação ao trabalho que exerce, ela afirma:

Meus familiares sabem, e, graças a Deus, eu tenho uma família maravilhosa, meu pai e minha mãe sempre foram muito bons para mim, minhas irmãs, meu irmão... não tenho do que reclamar, sempre me defenderam de 'unhas e dentes'. E os amigos, os que sabem nunca mudaram o jeito de me tratar, sempre me trataram muito bem.

Logo, supomos que a escolha por “não pedir ajuda à família” ou amigos não significa que não tivesse essa opção, pelo contrário, parece plausível que buscasse certa emancipação social e econômica. Na mesma linha, temos a resposta de Violeta<sup>6</sup> (2016), que afirma exercer o ofício há aproximadamente quinze anos, “a princípio para sustentar meu filho, mas depois eu vi que era uma forma de sustentar meu próprio ser: agora tenho minha casa, meu carro, posso pagar meu curso e sustentar minha casa”. Assim, inferimos que situações de emergência, como as aqui mencionadas, foram atributos necessários, ao menos de acordo com os relatos obtidos, à introdução das agentes no meretrício. No entanto, a manutenção do mesmo padrão de consumo ou a busca por estruturação socioeconômica, juntamente com a responsabilidade de liderança familiar assumida por algumas, fazem-nas continuar na atividade. É o que traremos à baila no próximo item.

### **A prostituição como suporte a um projeto de vida**

Se a prostituição não é vista pela maioria de nossas entrevistadas como carreira de trabalho definitiva, ela pode ser uma maneira de alçar novos horizontes profissionais. As particularidades desse ofício podem fazer dele um suporte a conquistas individuais. No entanto, às prostitutas são inexoráveis dois importantes desafios. O primeiro, específico à atividade, é o de superar o julgamento moral da sociedade em relação às peculiaridades da atividade que desenvolvem. O segundo, mais genérico, é o de enfrentar as dificuldades econômicas, asseveradas em especial medida pelas enormes disparidades de sociedades como a brasileira. Nesse viés, é possível extrair de tal atividade vantagens que em um emprego formal talvez não fosse possível. Isso significa que a prostituição, salvo os contrapontos, pode ter atribuições que transcendam a simples possibilidade de manutenção de dado padrão de consumo. É o que nos esclarece Violeta, quando interrogada sobre o porquê de sua permanência na atividade:

[...] se eu quisesse sair hoje daqui eu sairia, meu carro é quitado, tenho minha casa, todas as coisas de casa, então se eu quisesse sair daqui hoje e arranjar um serviço eu consigo. Eu não quero porque eu sei que isso atrapalharia os meus estudos. Se eu trabalhasse o dia todo eu chegaria muito cansada. Aqui eu posso, se eu quiser sair agora e ir para casa estudar eu vou, se eu estiver trabalhando não tem como ir, aí não consigo focar nenhuma coisa nem outra, é por isso que estou aqui, é por opção. Quando eu entrei, foi por

---

<sup>6</sup> Esta foi a última entrevistada mencionada diretamente na presente pesquisa, tem 33 anos de idade, faz o curso técnico em radiologia e reside no Centro de Várzea Grande, com um filho de 15 anos. Seu “ponto” está localizado em frente a um movimentado motel no perímetro central do território.

necessidade, mas hoje eu fico por opção; eu tenho essa opção, escolhi isso (VIOLETA, 2016).

A grande capacidade de “autoafirmação” e “autorregulação” demonstrada possibilita-nos a reflexão de que as mudanças sociais discutidas por autores como Muraro (1975) e Giddens (1993) e as suas consequências específicas no que diz respeito às questões sexuais em escala global não são meras hipóteses. É indiscutível a importância de grupos diversos, formados, sobretudo, por minorias políticas que lutavam e lutam por igualdade de direitos em campos sociais igualmente diversificados: social, econômico, sexual, entre outros. Exemplos como o de Violeta são fortes indícios da efetividade de tais transformações socioespaciais. Não significa, porém, que inexistam o julgamento moral por parte da sociedade, mas pelo fato de ela sentir-se psicologicamente capacitada a utilizar a prostituição como uma maneira eficaz de não apenas sustentar a si e a seu filho, mas de alcançar conquistas pessoais. Tudo isso, vale lembrar, graças a atributos pertinentes à atividade que exerce.

Inferimos que a abertura ao diálogo e a novas concepções sobre sexualidade e sobre o “papel” feminino na sociedade repercutiu diretamente nas práticas socioespaciais das agentes investigadas neste trabalho. Discorrendo sobre Violeta, percebemos que essas mudanças ocorridas em escala global influenciam-na nas duas esferas de sua existência, tendo em vista que ambas, individual e social, complementam-se e corroboram a sua formação enquanto indivíduo, de modo que se torna possível pensar a prostituição de maneiras distintas daquelas presumidas pelo jugo moralista e generalizador, sendo considerada entre algumas mulheres uma opção viável e não mais como a única forma de sobrevivência – apesar da constatação unânime entre as agentes pesquisadas da situação de emergência econômica como razão à iniciação na atividade.

De qualquer forma, outras modificações têm ocorrido no escopo da sociedade moderna. Giddens (1991; 1993) e Bauman (2001) parecem convergir ao considerarem a modernização como uma tendência inexorável à individualização dos sujeitos, de modo que algumas mazelas que afetam as pessoas de forma particular são socialmente produzidas. Não obstante, a resolução fica a cargo dos próprios indivíduos. Assim, podemos dizer que “riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados” (BAUMAN, 2001, p. 48).

Certeau (1994) apresenta o cidadão como alguém que tem a complicada tarefa de estabelecer a sua identidade pessoal em um espaço cujas regras e leis já existiam muito antes dele. Portanto, há aí um duplo esforço de cada um: primeiro, o de seguir as regras sociais, ou seja, aquilo que as pessoas devem respeitar mesmo que não concordem, pelo fato de estar estabelecido como lei, a qual eles não têm possibilidade de evitar, sem que decaiam sobre si as consequências da informalidade ou da

ilegalidade. Segundo, as táticas usuais de cada pessoa para conseguir imprimir o seu próprio estilo de vida no espaço, as suas regras dissimuladas que ora convergem, ora divergem daquelas previstas institucionalmente. Não seria o Zero, enquanto território da prostituição, uma produção espacial que confirma a dupla façanha aqui anunciada? Acreditamos que sim.

A prostituição pode servir como uma tática de sobrevivência frente aos novos desafios socioeconômicos impostos pela vida em sociedade. Mas não é uma atividade como outra qualquer. Ela exige adaptações psicológicas e sociais que desafiam a quem se insere nela, podendo inter-relacionar-se com a própria vida das pessoas, mas não como um trabalho qualquer que, por ser praticado por muitos anos, acaba por confundir-se à identidade de quem o exerce. Antes, porque devem representar uma personagem, porque dissimulam sentimentos, porque vivem na linha tênue entre o profissional e o afetivo imposta pelo ato sexual. Mas não seria a nossa vida cotidiana também ela uma representação? Concordando com Nietzsche (2013), respondemos que sim.

Diante da adversidade, da violência física e psicológica, quando o pesado jugo da moralidade as desafia, as prostitutas do Zero insurgem de maneiras distintas. Violeta relata que, certa vez, enquanto praticava o *trottoir* no Zero, foi abordada por um antigo vizinho que reagiu de maneira irônica ao vê-la ali. No entanto, conta que não se afetou com a situação, pois não devia explicações a ele. Essa capacidade de autoafirmação é imprescindível ao seu empoderamento, é uma característica útil tanto ao exercício do *trottoir* quanto à capacidade de projetar e alcançar novos objetivos e, concomitantemente, enfrentar o julgamento moral oriundo da sociedade.

Somente através de um processo social de moldagem, no contexto de características sociais específicas, é que a pessoa desenvolve as características e estilos comportamentais que a distinguem de todos os demais membros de sua sociedade. *A sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual.* (ELIAS, 1994, p. 55-56, grifos do autor).

Em consonância com Elias (1994), trazemos à discussão as interferências sociais das minorias organizadas que lutavam e lutam por justiça social. A contribuição imprescindível de seus embates é justamente a possibilidade do novo, ou seja, os novos modos de pensar, os distintos arranjos comportamentais que se disseminaram contemporaneamente. Compreendemos que não seria possível tamanho empoderamento psicológico (no exemplo de Violeta) sem um respaldo social. Concordamos com Elias (1994) quando ele afirma não existir sociedade humana sem indivíduos e não existir indivíduo humano sem sociedade.

De qualquer forma, adaptar-se à determinada situação não significa, necessariamente, consentir plenamente com ela. Violeta relata que se prostitui por opção e não mais por necessidade e,

a despeito do estigma que a prostituição carrega, prefere concentrar-se nas vantagens que pode retirar da atividade, elaborando a sua própria concepção moral da situação:

O ambiente na verdade é como a bebida. Você tem que beber a bebida e não deixar ela te beber. Tem gente que deixa a bebida beber ele, a droga também... eu não deixo a profissão me beber, eu bebo ela e ela não me bebe; ela não me *contaminou*, nem meu comportamento, nem minha maneira de pensar (VIOLETA, 2016).

Tudo indica que a diferença entre “beber” e ser “bebida”, na metáfora utilizada, está na capacidade de compreender a prostituição para além de suas próprias peculiaridades. Neste sentido, Violeta opõe-se a algumas prostitutas pesquisadas por Gaspar (1988), as quais tinham na atividade um meio de frequentar os círculos da alta sociedade carioca, mas também se opõe a algumas vizinhas de “ponto”, as quais considera inconsequentes, pois estariam alheias às adversidades inerentes à função que exercem. A agente em questão utiliza a prostituição não apenas como uma atividade econômica que lhe garanta o sustento imediato, mas como uma maneira de alcançar objetivos que, talvez, exercendo outro ofício, não fosse possível. A entrevistada conta com admiração a história de uma conhecida que, se prostituindo, graduou-se em direito e, atualmente, exerce a profissão como funcionária pública. Mas ela também discorre sobre casos opostos, relatando com certa indignação exemplos de conhecidas que não têm a mesma preocupação.

Eu sei que isto aqui não é eterno, infelizmente as mulheres não sabem que isso aqui não é eterno. Eu estou com 33 anos; no final do ano, eu termino meu curso. Eu não preciso mais ficar aqui. Agora elas, além de não ter procurado um curso nem nada, ficam arrumando filhos sem parar. Tem mulher aqui que tem oito, dez filhos e não tem nem ensino médio (VIOLETA, 2016).

A indignação da entrevistada reflete bem a imagem que ela tem do meretrício e suas especificidades. No que tange à carreira de trabalho, por exemplo, relata: “eu sei que isso aqui não é eterno”. Nesse ponto, a visão crítica que ela tem de toda situação é peculiar, aparentando não estar alheia às possíveis consequências do tempo sobre o aspecto físico das pessoas – fato importante no âmbito da atividade em discussão. Para tanto, busca alternativas que a leve a novas conquistas. Para ela, o meretrício é um “trampolim”, uma maneira de alcançar os seus objetivos e o *trottoir* apresenta-se como uma complementação, pois a segurança de trabalhar em boates pode não compensar os benefícios oriundos da liberdade de prostituir-se autonomamente.

Tulipa (2016) é outra agente socioespacial que utiliza a prostituição como apoio a outras conquistas. No entanto, apresenta importantes distinções em relação a Violeta no que se refere a considerações sobre a prostituição enquanto atividade profissional. Apesar de ambas afirmarem que a maioria das prostitutas age de modo profissional, Violeta, ao contrário de Tulipa, não considera positiva

uma lei que regulamente o ofício de prostituta como profissão, por exemplo. No que tange à permanência na atividade, outro contraponto, enquanto Violeta aguarda o término do curso em radiologia, Tulipa não sabe até quando permanecerá; mesmo assim, declara exercer outras atividades econômicas.

Ainda comparando as concepções de Tulipa e Violeta pertinentes à prostituição, inferimos que, apesar de ambas utilizarem-na como base econômica para a manutenção de outros aspectos existenciais, há uma diferença fundamental acerca da perspectiva da atividade como sustentáculo socioeconômico. Ambas evidenciaram as suas conquistas materiais e imateriais possibilitadas pelo ofício, contudo o projeto de vida que Violeta almeja é fora dele. Em sua fala, por vezes, evidencia certo distanciamento do que seria um projeto de vida como prostituta, às vezes fala como quem tem uma visão de sobrevoo sobre as trabalhadoras do sexo: "... infelizmente as mulheres não sabem que isso aqui não é eterno [...] as mulheres que fazem programa têm que aproveitar essa beleza para tudo, para estudar... porque a beleza traz muita oportunidade boa e traz oportunidade ruim também" (VIOLETA, 2016). Lembrando que "beleza", nesse contexto, refere-se também à juventude, o que remete à constante preocupação que apresenta acerca da velhice e suas inevitáveis consequências.

Desse modo, ela sugere que seria mais viável capacitar-se profissionalmente fora da prostituição, utilizando-a, assim como seus atributos imprescindíveis: beleza/juventude, ao invés de apostar em uma longa carreira como prostituta, por certo, com receio do que aponta Fonseca (1996, p. 28):

Temos a nítida impressão de que as mulheres mais velhas não ganham bem sua vida. Em 1995, vivem um estado de penúria que parece amedrontá-las mais ainda do que a lembrança de batidas policiais. Há uma queixa quase diária da crise de clientela. Aquelas que estão mais tempo na rua evocam nas suas lembranças uma época áurea, em que o dinheiro e fregueses rolavam soltos.

Diante da constatação feita por Elias (1994) sobre a inter-relação entre indivíduo e sociedade, inferimos que haja uma necessidade de adaptação psicológica a toda e qualquer pessoa que queira fazer parte de uma comunidade. Contudo, existem casos em que se exige maior capacidade de adequar-se ao contexto social. Entre eles, podemos incluir a intrincada situação em que se encontram as prostitutas, de um modo geral.

Assim, qualquer que seja o desfecho que almejam dar à prostituição em suas vidas, podemos dizer que quanto maior a capacidade de adequação à determinada conjuntura, tanto maior será a possibilidade de tirar proveito dela. Para tanto, será necessário certo grau de "reflexividade" (ou constituir um "projeto reflexivo do eu" (GIDDENS, 1993) e de "autorregulação psicológica" (capacidade

de se adaptar ao adverso (ELIAS, 1994), ambas características imprescindíveis à obtenção do empoderamento.

A perspicácia em adequar-se a variadas circunstâncias no contexto da prostituição pode ser a diferença entre a obtenção de benefícios ou malefícios na atividade. Assim como seguir ou não às normas socioespaciais circunscritas no território que desenvolvem o seu ofício pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso de suas territorialidades como prostitutas no Zero.

### Considerações finais

É evidente que as considerações das agentes socioespaciais pesquisadas foram fundamentais à construção das ideias que norteiam este trabalho. Também a fundamentação teórica, a partir do referencial bibliográfico, norteou a nossa argumentação. Contudo, é importante compreender que parte do fenômeno não pode ser evidenciada de modo verbal, salienta-se apenas pela ação, pela representação espacial.

Ao entrevistarmos uma agente socioespacial devemos ter em mente que, em determinados assuntos, nem sempre toda a informação que buscamos virá à tona. Ademais, sempre ocorrerá uma interpretação do pesquisador sobre as informações do sujeito. Gestos e expressões, ações, não são tão facilmente mascarados. A interpretação do espaço geográfico situa-se neste ponto, isto é, o resultado das ações humanas material e imaterialmente representadas no espaço. A observação atenta do espaço geográfico desvela não apenas a sua condição material, mas a sua dimensão imaterial vulgar ou subliminar.

Neste aspecto, inferimos que o território do Zero apresenta duas dimensões bastante características. Uma delas é de cunho material, com as suas formas que indicam facilmente que se trata de um local apropriado pelo baixo meretrício: concentração de motéis baratos e casas noturnas, principalmente. Outra imaterial, a partir das relações espaciais de poder, necessárias à inserção e manutenção das agentes socioespaciais na atividade da prostituição. O Zero, então, apresenta-se como dimensão simbólica do espaço, com as suas formas, função e estrutura, configurando-se em território da prostituição. Ali, o dito e o não dito, o vulgar e o subliminar, o social e o individual, o concreto e o abstrato, justapõem-se, desvelando extratos da realidade socioespacial.

Na presente pesquisa foi possível compreender diferentes dimensões apresentadas pelo poder: o poder como *coerção espacial*, o ato de territorializar, isto é, exercer domínio sobre o espaço a ser utilizado como “ponto” de prostituição, sendo que, quanto mais rentável mais disputada será a localidade. O poder como *autoafirmação*, isto é, a conscientização necessária para compreender a prostituição como uma atividade econômica alheia ou não às outras esferas da vida das agentes. Esta

última faceta do poder, compreendida aqui como empoderamento, é uma característica marcante na entrevistada Violeta que, ao descrever a prostituição como possibilidade e não apenas como necessidade, demonstrou uma capacidade de compreensão do fenômeno que lhe confere certa mobilidade, isto é, capacidade de ação dentro da prostituição ou para fora dela.

Até que ponto o nível de conscientização demonstrado pela agente Violeta está relacionado às transformações progressistas ocorridas no bojo da sociedade ocidental é um ponto a ser discutido. É de nossa compreensão que o espaço é o escopo do novo, também sabemos que o ser humano é um ser social e que mesmo as mudanças geradas pelos indivíduos que se sobrepõem às imposições sociais são, de algum modo, influenciadas pelo conjunto da sociedade.

Ao que pese o empoderamento, inferimos que, no fenômeno estudado, ele pode ser compreendido como a capacidade de autoafirmação e resistência afetiva ao jugo moral da sociedade, o que dependerá da compreensão que cada indivíduo tem de si próprio enquanto sujeito capaz de transformar a sua própria realidade. O poder, próprio das territorialidades das agentes socioespaciais do Zero, pode ser compreendido como as relações desiguais de força dentro do território em questão, neste sentido, deter mais ou menos poder significa ocupar os melhores ou os piores perímetros do território.

Considerar as agentes pesquisadas como vítimas da sociedade poderá ser mais ou menos verdadeiro à medida de sua capacidade de empoderamento. Romper com a antiga concepção moral da prostituição como um estigma é compreendê-la como um trabalho, uma atividade econômica propriamente dita. É também, do ponto de vista de quem a exerce, poder utilizá-la como um instrumento de ascensão social e econômica. Resta concluir que, para além do *trottoir* no Zero, existem mulheres mais e menos empoderadas, mais e menos conscientes de sua capacidade de transformação, as quais, por meio de suas territorialidades cotidianas, produzem um território da prostituição, símbolo das relações de poder no espaço e, também considerando cada agente socioespacial em si mesma, local de inúmeras possibilidades.

### Referências

- ARAÚJO, James Amorim. *Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre*. *Geosp - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012. Disponível em: (<http://www.periodicos.usp.br/geosp/article/download/74258/77901>), data de acesso: 25 maio de 2018.
- BAUMAN, Zygmunt.; MAY, Tim. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

- FONSECA, Claudia. *A Dupla Carreira da Mulher Prostituta*. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS / UFRJ – PPCIS / UFRJ, v. 4, n. 1, 1996. Disponível em: (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650>), data de acesso: 04 de outubro de 2016.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2003-2011. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, data de acesso: 8 de agosto de 2019.
- IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>, data de acesso: 8 de agosto de 2019.
- IPEA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: Chefia de Família, 1995 a 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html)>, data de acesso: 8 de agosto de 2019.
- LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.
- MURARO, Rose. Marie. *Libertação sexual da mulher*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Escala, 2013.
- PASINI, Elisiane. *Limites simbólicos corporais na prostituição feminina*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, 2000. Disponível em: ([http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01854\\_cadpagu\\_2000\\_14\\_7\\_PASINI.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01854_cadpagu_2000_14_7_PASINI.pdf)), data de acesso: 28 de setembro de 2016.
- PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. *Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR*. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, p. 570-585, agosto. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/117719>>, data de acesso: 29 de abril de 2020.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSSIAUD, Jacques. *A prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SACK, Robert D. *O significado de territorialidade*. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-89.